

ATA N.º 3/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE FEVEREIRO DE 2022:

No dia dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas e catorze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Adesão à NANOMAT – “Associação para os materiais Avançados – Investigação e Desenvolvimento em Materiais Avançados e Aplicações”

PONTO 2 – Aprovação do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021

PONTO 3 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em unidade de cuidados continuados

Requerente: Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil (IPSS). Proc.º E-1272/10. Local: Rua do Trabalhador (EM 575), Palhota – Lagoa da Palha.

PONTO 4 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação

Requerente: Manuel Jacinto Pereira Arvelos. Proc.º FIMOC-3382/2021. Local: Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 19 e Rua da Ladeira, n.º 11-13, em Palmela

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado

PONTO 6 – Hasta Pública – Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda dos Mercados Municipais de Palmela e de Pinhal Novo

PONTO 7 – Abertura do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais

PONTO 8 – Contrato-Comodato entre o Município e o Clube Desportivo Pinhalnovoense

PONTO 9 – Atribuição de apoio à Associação de Jovens os Caramelos, à Casa do Benfica em Palmela, e ao Clube Desportivo Pinhalnovoense para a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo

PONTO 10 – Cedência temporária de domínio público à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local – Feira dos Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ATOS PRATICADOS PELO/AS SR./AS PRESIDENTE, VEREADORA FERNANDA PÉSINHO E DIRETORA DO DEPARTAMENTO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos atos praticados pelo/as Sr./as Presidente, Álvaro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 18.01.2022 a 31.01.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 19.01.2022 a 01.02.2022, no valor de 2.563.826,21 € (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e seis euros e vinte e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 2.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 01.02.2022, apresenta um saldo de 20.061.775,97 € (vinte milhões, sessenta e um mil, setecentos e setenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos), dos quais:

□ **Saldo de operações orçamentais** – 18.064.510,10 € (dezoito milhões, sessenta e quatro mil, quinhentos e dez euros e dez cêntimos);

□ **Saldo de operações de tesouraria** – 1.997.265,87 € (um milhão, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos).

Informações / Assuntos diversos:

• **Ato Eleitoral - Eleições Legislativas 2022** - O **Sr. Presidente** antes de entrar no período antes da ordem do dia, das moções, votos e saudações refere-se ao mais recente ato eleitoral das Eleições Legislativas e, sobretudo para manifestar não só o apreço pela forma, como decorreu no nosso concelho, mas, sobretudo para agradecer aos eleitores que entenderam votar e a abstenção que de facto reduziu nestas eleições. Mas, sobretudo, agradecer o enorme esforço, a um conjunto de cidadãos e cidadãs e, em particular a trabalhadoras e trabalhadores do município que prepararam com muito afinho, esforço e dedicação toda a logística, nas semanas que antecederam este ato eleitoral, até porque houve voto antecipado, porque houve também recolha de voto em lares, etc. Foi, de facto, com este desdobramento de secções, um esforço acrescido e crê que, quer os elementos da organização Câmara Municipal que se envolveram, quer os cidadãos que voluntariamente se predispuseram a colaborar neste ato importante para o exercício da cidadania e da democracia, tivesse corrido com toda a normalidade e sem quaisquer incidentes. Também da mesma forma, dirige-se à bancada do Partido Socialista, parabenizando, como agora se usa dizer, pelo resultado obtido, não apenas no nosso concelho, mas também no país, esperando que a futura Assembleia da República e governação possa continuar a ser atenta e, sobretudo influenciada e contagiada pelas necessidades da região e também do nosso concelho e do nosso distrito, porque cumpre falar sobretudo pelos deputados do nosso distrito, esperando que sejam sensíveis às questões que urge resolver em muitas matérias de interesse nacional, mas também outras de interesse regional.

• **NUTs II** - O **Sr. Presidente** partilha com os eleitos, algo que, entretanto, já saberão, não só pela comunicação social mas até porque estava previsto como *deadline*: a entrega por parte do Governo português que instruiu Instituto Nacional de Estatística para que junto da União Europeia desse conta da entrada do requerimento para a constituição de uma NUT II e saúda os agentes económicos, sociais e políticos do distrito, em particular, os da Península de Setúbal que, durante muitos anos, sobretudo aqueles que foram sempre coerentes e que, desde há muitos anos, desde ao I&D, desde também os planos do PEDEPES (Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico da Península de Setúbal) mas também um conjunto de associações industriais da área económica, da área social, mas também várias autarquias que de uma forma coerente sempre, da própria Associação de Municípios da Região de Setúbal sempre, disseram que este caminho era imperioso e que era indispensável. Havia e há até na margem norte da AML (Área Metropolitana de Lisboa) questões de desenvolvimento social com grandes disfunções e com grandes desigualdades que

não podem estar de facto, numa área Metropolitana de Lisboa que cingida a concelhos como Cascais, Amadora, Oeiras ou Lisboa. Entende que foi um percurso difícil e que vale a pena saudar estes agentes, saudar o compromisso que o Sr. Primeiro-Ministro assumiu para connosco, de decididamente, levar este assunto avante. Mas quer sobretudo, saudar o percurso e a luta, porque isto significa que é preciso muitas vezes lutar, muitas vezes incomodar, muitas vezes, até enfim, não só achamos que somos incompreendidos, mas que somos também, às vezes, contrariados e a prova é que, por exemplo, nos últimos três anos, houve uma intensa, diria campanha de diligências, tendo em vista, de uma vez por todas, clarificar este assunto e houve algumas hesitações, houve anúncios por parte da Senhora Ministra, por exemplo, na Assembleia da República que eram desmentidos pelo Senhor Secretário de Estado duas semanas depois numa reunião com municípios da AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal). Houve algumas hesitações, houve até passos titubeantes e ziguezagueantes, mas acha que todos acabaram por compreender a importância desta decisão. E diz, mesmo todos, porque, como devem calcular quando estas questões que depois vão também a Área Metropolitana de Lisboa e durante a semana passada tivemos de nos pronunciar em bloco mesmo no âmbito do Conselho Metropolitano, o parecer, foi um parecer aprovado por unanimidade sem deixar de referir, naturalmente que há outros concelhos que sentem também, como Loures e Mafra, que sentem também, ainda alguns aspetos. Enfim, este não significa que sejam o modelo definitivo, daqui se calhar, a uns anos, outras pessoas estão a reclamar também uma NUT II, não é, mas isto levou e teve também o mérito a levar a que outras regiões do país também repensassem esta matéria e a própria Associação Nacional dos Municípios Portugueses também por unanimidade, aprovou um parecer que apoia esta reconfiguração. É uma vitória para a Península de Setúbal e uma vitória para a região, mas é uma vitória que tem um histórico e não vale a pena também hoje trocarmos galhardetes quem é que acabou com isto e fez aquilo, interessasse, sobretudo saudar quem pugnou para que isto se tornasse realidade. Tem pena que, se calhar, os efeitos da medida já seja daqui a uns anos e possivelmente alguns atores políticos já não terão a possibilidade de, mas serão atores políticos noutros cenários, porque fazemos política na comunidade, nas associações, nas instituições, nas empresas e, portanto, esperemos que a nossa região e que a nossa Península de Setúbal venha facto haver justiça feita e possamos ter possibilidades de maior competitividade, naquela que já temos em termos de atração de investimento, de apoio ao investimento e à promoção do desenvolvimento social. Pensa que é um dia importante, o dia um de Fevereiro com esta medida, vamos ver agora o que o futuro nos reserva e o futuro nos trás.

• **Ato Eleitoral/Eleições Legislativas - Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, depois de cumprimentar o Sr. Presidente, os restantes vereadores, os trabalhadores da autarquia que estão presentes e àqueles que nos ouvem lá casa e quer, naturalmente pedir desculpa por se ter atrasado e chegar um pouco mais tarde e não ter podido fazer pessoalmente aquilo que fez publicamente, que é:

em primeiro lugar, reconhecer aquilo que foram as eleições do passado dia trinta e o esforço de ainda por cima numa altura ainda de pandemia e com muitas restrições, com a questão dos isolados, com a questão dos cuidados que tivemos de ter e, agradece o serviço feito à democracia pelos trabalhadores, neste caso da autarquia de Palmela, mas também de todas as autarquias do país e também aos milhares de pessoas que fizeram parte das mesas eleitorais e contribuíram para que pudéssemos votar em segurança e acima de tudo com a consciência da importância que era um ato eleitoral para a Assembleia da República e para o Governo que emanará da Assembleia da República. Em segundo lugar e indo mais diretamente àquilo que foi o resultado do ato eleitoral, dar os parabéns ao Partido Socialista, democraticamente dar-lhe e felicitá-los pela vitória, pela grande vitória que tiveram, acha que ninguém pode, podíamos esperar a vitória, não esperávamos a dimensão da vitória, mas é uma grande vitória e, portanto, naturalmente que dá maior responsabilidade a quem ganha com esta dimensão, mas quem assume os lugares políticos têm que os assumir com responsabilidade e, não quer deixar de felicitar, desejar-lhes as maiores felicidades. Porque as felicidades deste Governo serão as felicidades de nós, os administrados o povo, que é beneficiária das decisões que irão tomar. Podemos tirar várias ilações das eleições, mas refere aqui só uma nota sobre dois partidos, um porque está aqui representado e o outro, porque em tempos foi eleito numa coligação com esse partido. Dar aqui um abraço fraterno ao CDS que deixou, ao fim destes anos de democracia, um dos partidos fundadores da democracia, deixou de estar representado na Assembleia da República, por vontade do povo e a vontade do povo é soberana, mas não queria deixar de dar a sua solidariedade, apesar de não ser o seu partido, mas foi um partido com qual o seu partido, o PSD teve em alguns atos eleitorais, que estiveram em coligação e, dá aqui essa mensagem de solidariedade. E depois também ao Partido Ecologista, Os Verdes que desaparece da Assembleia da República e dá aqui um cumprimento à senhora vereadora, Fernanda Pezinho e naturalmente, não é um partido a sua área política é um partido como sabemos nunca foi a eleições sozinho, foi sempre integrado numa coligação. Mas não quer deixar de dar esta palavra e esperar que, numa próxima eleição preferencialmente, não se candidatando em coligação, e testando a força eleitoral pela primeira vez. Mas dizer que o tempo que tiverem na Assembleia da República espera que tenha sido útil para a mensagem que procuraram transmitir ao povo português. Quanto a mensagem eleitoral, começa como terminou a festa da democracia é sempre bem-vinda e o povo é sempre soberano e, portanto, o que o povo decidiu está decidido, está bem decidido e, agora é deixar governar quem ganhou e deixar fazer oposição quem tem que fazer oposição, mas, esperando que no fim do dia, os na oposição e aqueles que estão no poder tenham sempre como principal desígnio aquilo que é o interesse do povo português.

• **NUTs II - O Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, relativamente à NUTS II e independentemente das várias vicissitudes que este processo foi passando, as questões da imposição que foi feita na altura da Troika, por parte da União Europeia, é um bom princípio, o que o Governo português fez, depois de muita luta, foi feito por vários quadrantes políticos, espera que agora a bem da

Península de Setúbal, que a Comissão Europeia e a União Europeia, sejam sensíveis aos nossos argumentos, porque isso facilitará naturalmente não só a vida das nossas empresas como também de todos os agentes económicos da nossa da Península de Setúbal.

• **Ato Eleitoral/Eleições Legislativas** - O **Sr. Vereador Carlos Sousa** depois de cumprimentar os vereadores, colegas, presentes e quem está a ver via digital, refere que já teve a oportunidade, pessoalmente, de parabenizar os senhores vereadores do Partido Socialista pelos excelentes resultados que obtiveram nas últimas eleições, que o Partido Socialista obteve e também, obviamente, para parabenizar aqui publicamente. Mostrar a sua satisfação e do MCCC pela diminuição do grau de abstenção que houve a nível do país e, obviamente, também no nosso concelho. Todos deveremos fazer os possíveis para que nas próximas eleições, que a próxima vai ser difícil, que é o Parlamento Europeu, mas que este nível de abstenção se mantenha ou se possível ainda baixe mais.

• **NUTs II** - O **Sr. Vereador Carlos Sousa** também mostra a sua satisfação por esta luta que está a atingir o seu fim, com efeitos muito satisfatórios que tem a ver com a problemática da NUTS II. É uma luta já bastante antiga, de muitos eleitos que passaram por todos estes municípios da Península de Setúbal. Era uma grande injustiça que estava a acontecer, porque na realidade, os municípios e as respetivas receitas não são todos iguais na Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, a mostrar a satisfação também por termos conseguido, nós municípios da Península, temos conseguido atingir este desiderato que já estávamos atrás dele há muitos anos.

• **Ato Eleitoral/Eleições Legislativas** - O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** depois de cumprimentar o Sr. Presidente, senhoras vereadoras, os vereadores e técnicos da autarquia presentes, os municípios nos ouvem em direto e em diferido em casa. Em primeiro lugar agradece os parabéns. Em democracia, estamos todos os parabéns quando cada um luta democraticamente pelos seus ideais, para aquilo em que acredita, por aquilo que quer construir. O povo em democracia é sempre soberano e vota sempre bem, quando vota a favor de tudo aquilo que nós defendemos quando vota contra aquilo que nós defendemos, mas o povo tem sempre razão, porque a essência exatamente da democracia é o voto popular. E esse voto, desta vez e na nossa perspetiva e bem, logicamente, foi para o Partido Socialista, para o projeto que apresentamos e que temos vindo a desenvolver para o país. Tem para nós um significado muito grande, porque não se lembra de um partido que esteve seis anos no poder em minoria de ver chegar à terceira eleição e ganhar com esta força, esta maioria tão expressiva. As maiorias e minorias, mas as vitórias responsabilizam-nos, tem a certeza que estaremos capacitados para responder a essas responsabilidades, indo ao encontro dos interesses das populações e do país. Em situação que não é fácil, porque vamos atravessar alguns momentos difíceis, de política internacional, de política europeia, ainda estamos em pandemia, podemos vindo numa fase descendente, esperemos nós, mas ainda com reflexos para alguns tempos, todos estes dois anos de pandemia,

quase três e, portanto, vamos ter todos uma grande responsabilidade, quer quem governa, quer quem está na oposição para que, de facto, o país continue a crescer, que o país cresça ainda mais, que aqueles que para quem se governa, que são as pessoas, possam, de facto, ver melhorados os níveis de vida, tenham as suas expectativas em várias áreas concretizadas. Saibamos ser merecedores do voto que tivemos. Em democracia, dizia Mário Soares “só perde quem deixa de lutar”, acha que nesse campo, todos aqueles que lutaram pelos seus ideais foram vencedores, porque foram à luta. Vamos continuar, todos com responsabilidade daqueles que foram eleitos na Assembleia da República, de defender o processo democrático, defender a democracia, defender as populações e defender o país. Pela primeira vez temos que lamentar a existência de alguns, que se calhar não estão imbuídos, neste espírito, e esse também é um combate que tem unir todos os democratas. É que, não deixar que continuem a ter a força da voz do populismo e da demagogia e de antidemocracia. E estes são os votos que nós, socialistas, congratulamo-nos também com os excelentes resultados alcançados no concelho, acima do resultado nacional. Agradecendo a todos os que votaram, mas agradecendo, sobretudo a todos que contribuíram para o abaixamento da abstenção, indo votar, temos aqui uma redução muito significativa no concelho, mas também muito significativa no país, entre 250 a 300 mil votantes a mais o que, de facto, demonstra bem que quando as pessoas sentem a responsabilidade e acreditam que é preciso estar na casa da democracia e eleger os seus para a casa da democracia que é o Parlamento, as pessoas comparecem.

• **NUTs II - O Sr. Vereador Raul Cristóvão**, termina com uma referência ao NUTs e à NUTs II e ao cumprimento da promessa mais uma vez, António Costa, que tinha como primeiro-ministro tinha prometido na Autoeuropa, que o processo ia ser finalizado. Foi para a União Europeia através do INE (Instituto Nacional de Estatística), logicamente que era a entidade responsável pelo fazer. E na esperança que, de facto, a Península Ibérica, venha furto de luta de muitos, lembro-me bem quando se começou a falar na regionalização, de haver muitos socialistas na altura se opunham à saída de Setúbal para a Área Metropolitana, exatamente com os medos, que depois se vieram a concretizar. Muita gente, transversalmente hoje, está mais contente com a possibilidade de nós voltarmos a ter uma NUT da Península e, com isso proporcionarmos aos agentes económicos, às populações, ao território, um novo olhar para as necessidades e um novo olhar para o futuro, para o desenvolvimento do futuro. Que não sejam precisos mais O&D (I&D), que sejam precisos essencialmente, projetos que se foquem no desenvolvimento, nas pessoas, no território e, naqueles que, de facto, querem investir a bem do ambiente e a bem de um emprego e do desenvolvimento. Quando se cumpre aquilo que se obriga é, de facto, fruto da luta de muitos ou todos é, de facto, de ficamos contentes e satisfeitos porque a política faz-se exatamente também para fazer essas leituras. Agradece, voltando atrás, porque se esqueceu, e assim pede desculpa, o civismo do ato eleitoral, agradece aos trabalhadores da autarquia, das juntas de freguesia de câmara, das juntas de freguesia do concelho, a forma como toda a máquina foi montada. Toda a máquina funcionou, apesar dos problemas, da pandemia que nós

temos, dos medos, receios naturais, de facto demostraram todos uma grande disponibilidade, daqueles que estiveram nas mesas, aqueles que foram votar, sem medo com os receios, com os receios normais, mas pondo a votação e o ato cívico democrático de votar, acima de outros os receios. De facto, conseguimos, desta vez, uma grande vitória sobre aqueles que acham que a democracia é o pior dos sistemas. É que a democracia pode não ser o melhor dos sistemas, mas é, com certeza, o único que nos permite estar aqui hoje e amanhã e ontem a falar e a defender cada um dos nossos ideais e, portanto, é contra os que não querem isto que devemos estar atentos, devemos estar atentos quem governa, porque nós também estaremos e devemos estar atentos a quem também faz uma posição coerente uma oposição livre, mas também uma oposição responsável.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. **Saudação** (João Taniça Cruz, Pedro Fernandes Manito e Samuel Vila Martins).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (João Taniça Cruz, Pedro Fernandes Manito e Samuel Vila Martins).

“Realizou-se, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2022, no Complexo de Piscinas da Campanhã, Porto, o Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, no qual competiram nadadores da Palmela Desporto, E.M., tendo os mesmos conquistado cinco títulos nacionais e batido um record nacional:

- João Cruz, sagrou-se Campeão Nacional de 100m bruços, 200m estilos e 50m livres, todos na classe S17. Para além destes três títulos João Cruz bateu o record nacional nos 100m bruços;
- Pedro Fernandes Manito, sagrou-se Campeão Nacional de 200m livres, classe S17;
- Samuel Vila Martins, sagrou-se Campeão Nacional de 50m livres, classe S10.

Reunida em Palmela, a 2 de fevereiro, a Câmara Municipal de Palmela **congratula** a Palmela Desporto e os seus técnicos e responsáveis, e **saúda** os nadadores João Cruz, Pedro Manito e Samuel Martins pelos títulos alcançados, desejando que continuem o bom trabalho e os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Semana das Freguesias de Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** anuncia que retomamos o ciclo das Semanas das Freguesias e que teremos entre 14 e 18 de fevereiro, a semana dedicada à freguesia do Pinhal Novo, procurando assim retomar o habitual formato desta iniciativa. A semana vai ser muito preenchida, com reuniões com vários agentes locais, designadamente associações, clubes, visitas a empresas, às principais obras municipais em curso na freguesia. Teremos também a oportunidade de apresentar projetos de outras que estão em preparação. Do programa, obviamente, destacamos a reunião de trabalho com o executivo da Junta de Freguesia e com os vereadores com pelouros. Temos também uma iniciativa, que é oportuna no âmbito da realização desta Semana da Freguesia, o município adjudicou a atualização de um diagnóstico, tendo em vista o Plano de Promoção das Acessibilidades de Pinhal Novo. Teremos no dia 15 durante a tarde uma ação de formação para eleitos das freguesias que têm menos possibilidade de acesso a estas coisas, para técnicos municipais de diversas áreas e depois à noite, teremos a apresentação do respetivo plano pela equipa técnica que o elaborou, uma empresa externa que o elaborou, no auditório da Biblioteca Municipal. A nossa reunião pública de câmara, como habitualmente nas semanas, passa para o período noturno e vamos procurar realizá-la também no auditório da Biblioteca Municipal. Sexta-feira, teremos os habituais atendimentos descentralizados pela vereação com pelouros.

. **Eu Participo Municípios - votação até 28 de fevereiro** – O **Sr. Presidente** dá nota que neste espaço apresentámos as propostas selecionadas em 2021 para votação no âmbito do processo “Eu participo municípios”, a votação está a decorrer até dia 28 de fevereiro. Sabemos que esta edição do ano passado foi um pouco atípica não só por causa das questões da pandemia, mas também por dois atos eleitorais, mas, por isso é que só agora estamos a colocar à votação as cinco propostas mais referenciadas em cada uma das freguesias. O processo de votação é simples, não só através do preenchimento de um inquérito em formato físico papel, mas hoje há a possibilidade também de responder ao inquérito e fazer as opções das prioridades da obra em cada uma das freguesias através do online. Basta ir ao site do município no menu “Participação” e também nos outros links que disponibilizamos, podemos fazer seja, download do impresso, seja o preenchimento online e remeter automaticamente por e-mail. Quando iniciarmos o ciclo “Eu participo 2022” em Abril, teremos oportunidade de anunciar também a possibilidade de utilização de uma *app*, que vai tornar ainda muito mais prático, não só consulta da informação sobre o processo, mas as escolhas, a participação e a interação com os municípios.

. **Adjudicada empreitada Janela da Arrábida** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, depois de cumprimentar o Sr. Presidente e todas e todos quantos nos acompanham, vem dar

nota de que foi adjudicada a empreitada da Janela da Arrábida por 731.019 euros e 58 cêntimos, já com IVA incluído. A obra vai melhorar as condições para as atividades multidisciplinares e para a fruição do espaço natural envolvente. Inclui trabalhos de reabilitação do parque edificado e trabalhos de arquitetura paisagística. O espaço funcionará como Centro de Interpretação da Arrábida e como Espaço de Promoção e Preservação das Artes e do Artesanato, entre outras atividades, sendo o prazo de execução de 330 dias.

. **Concurso para Jardim Ferreira da Costa, em Venda do Alcaide – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota ainda, que foi lançado concurso público para a obra de remodelação e beneficiação do Jardim Ferreira da Costa com um custo de 380 mil euros, considerando também já o IVA. O objetivo é valorizar o Jardim, bem como a ligação com o espaço envolvente, dando-lhe novas valências. Vai ser criado um espaço de jogo e recreio, e uma zona de ginásio ao ar livre, zonas de estada bem como percursos de utilização mista pedonal e ciclável, tendo em conta os principais acessos e ligações pedonais do Jardim. Vão ainda ser feitas novas plantações e manutenção das árvores existentes para reforçar o conforto climático e a qualidade paisagística do espaço bem como serão instaladas luminárias ao longo de todo o espaço, garantindo a segurança e o conforto dos utilizadores e das utilizadoras assim com a contemplação da vegetação existente e proposta.

. **Novo concurso para balneários de apoio ao polidesportivo do Bairro Alentejano – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota também que foi lançado um novo concurso público para a instalação de blocos de balneários e sanitários para atletas e blocos sanitários para o público em geral de apoio ao Polidesportivo do Bairro Alentejano. O objetivo é dotar aquele espaço com melhores condições para a prática desportiva e para o apoio a outro tipo de eventos. O concurso para a empreitada foi lançado com o preço base que acrescido de IVA totaliza 50 mil euros e surge no seguimento de um anterior procedimento ter ficado deserto.

. **Concurso para parque de estacionamento em Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, dá nota também que foi lançado concurso público por 140 mil euros, para o parque de estacionamento em Quinta do Anjo, também neste caso, depois de um concurso inicial ter ficado deserto no final de 2021. Esta obra virá requalificar aquele lote devoluto, numa zona central de Quinta do Anjo, melhorando, a imagem urbana, para além da criação de lugares de estacionamento devidamente ordenado, contará com um cicloparque, incluirá a construção de um hangar para autocarros equipado com abrigo. Este é um aspeto de grande valia para a circulação viária, porque permite que, por um lado, retira os autocarros imobilizados no meio da faixa de circulação, mas também porque permite a peões circular e esperarem pelo transporte em segurança e defendidos também das condições climatéricas adversas.

. **Concurso para Espaço de Jogo e Recreio (EJR), em Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá ainda nota também que foi lançado concurso público para a renovação de espaço de jogo e recreio da Quinta do Anjo, num investimento de cerca de 90 mil euros. O anterior concurso não tinha recebido propostas. A obra para substituir o equipamento existente, para equipamento multifuncional para crianças entre os 3 e os 12 anos e três equipamentos de fitness do tipo multiestação, além do mobiliário urbano estadia. A empreitada, inclui também a criação de zona verde de enquadramento e plantação de arbustos, revestimento dos pequenos taludes que resultam da implantação do acesso rampeado, impedindo a saída intempestiva das crianças para a via de circulação automóvel. Outro aspeto importante é a melhoria da acessibilidade do espaço a partir do plano sul de cota superior com acesso rampeado.

. **Participação na Mostra da Laranja de Silves – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** depois de cumprimentar o Sr. Presidente, as senhoras e os senhores vereadores, técnicos municipais e todos os munícipes que nos acompanham lá em casa informa da presença do município de Palmela, num certame a realizar em Silves, a “Mostra da Laranja de Silves”. Trata-se de uma participação no âmbito de um protocolo de colaboração que foi celebrado entre os municípios de Palmela e Silves e que tem como principais objetivos a divulgação turística de ambos os territórios a qual visa dar continuidade a uma estratégia promocional bem como um conjunto de atividades conjuntas com vista ao desenvolvimento turístico. Nessa medida, o município de Palmela estará presente na 6ª edição deste certame, a ter lugar entre os dias 18 e 20 deste mês naquela cidade. Refere que este foi um dos últimos eventos do género a ser realizado em Portugal em regime presencial no período pré covid e afirma-se como um dos primeiros a retomar o formato de feira tradicional, mas com lugar em ambiente rua, por forma a aumentar a segurança de expositores e visitantes. Por último sublinha, atendendo ao sucesso da participação do Turismo Palmela em anteriores edições e à oportunidade de dar a conhecer o seu património cultural e natural, os nossos produtos endógenos, nomeadamente os vinhos e doçaria, esta é também uma oportunidade para os nossos operadores turísticos, para as nossas gentes da restauração e da hotelaria estarem presentes e fazerem se representar junto de um público que tem na sua maioria estrangeiros residentes no Algarve e não só. Dizer que a participação do município, neste certame é uma mais-valia para a promoção turística do território e, naturalmente, para criar mais pontes com os agentes turísticos da região do Algarve, um, neste caso, o maior destino turístico do país.

. **Remodelação: Jardim de Aires, em Palmela / Praceta da Salgueirinha, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes, os que nos vêm casa em direto ou em diferido, alerta que se irá alongar um bocadinho mais, neste período antes da ordem de trabalhos, porque tem assuntos de diferentes pelouros que, ficaram condensados nesta

reunião. Dá a informação que estão concluídos os trabalhos de remodelação do Jardim de Aires, em Palmela por um custo global de 12.255 euros, estes trabalhos tiveram alguma remodelação ao nível de preparação de terrenos e da estrutura de verdes, não se inferindo em obras de, ditas, de construção civil, mas apenas na perspetiva deste pelouro que tem a ver com a manutenção de espaços verdes ajardinados. Dá nota que está concluída a remodelação da Praceta da Salgueirinha em Pinhal Novo, pelo valor de 30 mil euros que inclui também a remodelação do mobiliário urbano e que teve como opção remoção de algumas placas de relva que a bem dizer nunca foram mantidas porque estavam em locais absolutamente às escuras, no interior de uma Praceta e que, portanto, implicou remodelar os espaços por forma a que haja uma lógica inerente à plantação de verdes, que, claramente naquele loteamento e, noutros que vamos encontrando mais antigos faltou.

. Parceria com o Centro de Estudos Geográficos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta para plantação de árvores – O Sr. Vereador Pedro Taleço informa que em termos de verdes dá nota da parceria que está a ser preparada com o Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa também com a colaboração do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta e que irá culminar com a plantação de 400 árvores, das quais 150 Sobreiros, 150 Castanheiros e 100 Freixos. Foi uma colaboração que foi solicitado em termos do espaço público, irá também procurar direccionar esta atividade, no âmbito também de outros pelouros para alturas mais comemorativas em Março onde se pode dar nota da plantação destas espécies autóctones.

. Eficiência energética - instalação de Luminária LED e Rede LoRa – O Vereador Pedro Taleço entrando agora no pelouro da eficiência energética dá a informação que iniciámos empreitada do contrato de eficiência energética que a autarquia celebrou com o Consórcio AMENER, SA, de uma forma muito geral, é um contrato com o modelo económico com base nas poupanças de iluminação pública por mudança de tecnologia obsoleta de vapor de sódio para Luminárias LED, com poupanças diretas em termos de consumos de energia, a partir dos 5 milhões de euros, refere, a partir porque o preço da eletricidade tem vindo a aumentar muito desde então e também para a instalação de uma rede inteligente, uma rede LoRa no concelho. Esta obra tem uma duração prevista de quatro a cinco meses e nestas reuniões irá trazendo os pontos situação. Uma vez que vai aferir por todo o concelho, dá nota nesta reunião que já temos instaladas as antenas para a rede LoRa, portanto, e para dar uma ideia dispersão geográfica na Escola Básica de Palmela, na Reserva Museológica de Aires, na Escola Básica de Cabanas, Escola Básica do Bairro Alentejano, JI de Olhos de Águas, Escola número 2 de Pinhal Novo, Escola Básica Salgueiro Maia, Escola Básica Águas de Moura, Escola Básica de Cajados, Centro cultural do

Poceirão, Jardim-de-infância de Lagoa do Calvo, Armazéns e Núcleo Museológico de Fernando Pó. Deixa nota da preciosa colaboração dos serviços, nomeadamente em relação à utilização deste serviço de instalação, referindo a Informática, a Educação e Intervenção Social, aqui, mais focado na educação e também de Cultura e Desporto que de uma forma muito ágil, auxiliaram a empresa e em pouco mais de uma semana esta infraestrutura para a rede ficou montada. Infere, muito rapidamente o que é uma rede uma LoRa que a rede Lora não existe muitas no país, que a própria capital nacional está nesta altura a instalar. É uma rede de baixo consumo que permite, sobretudo, fazer fluir dados e em perspetiva, serve de interface ou de suporte, mais ou menos 75 por cento daquilo que nós chamamos as “coisas da Internet”, ou seja, toda aquela parafernália de sensores que se pode ligar, ETC. Concretizando no nosso projeto e no concelho irá abordar, um projeto piloto de dois jardins, daqui irá expandir em relação a todas as áreas do concelho de intervenção. Fala sobretudo no Jardim da Praça independência e José Maria dos Santos, mas inferindo claramente sobre duas áreas: a primeira sobre as regas, não apenas numa perspetiva operacional, ou seja, de podermos à distância e de forma autónoma manter as regas, mas também numa perspetiva de sustentabilidade e sustentabilidade ambiental, uma vez que serão introduzidas telecontagem antes de cada sistema de rega, será feita a monitorização da água que sai, o que nos permite aferir se o sistema está a funcionar corretamente e sem perdas. Para além disso, este sistema associa indicadores meteorológicos, ou seja, fica integrado com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e em função dos dados meteorológicos automaticamente ajusta a quantidade de rega. Por outro lado, também permite, interagindo com a restante câmara e outros pelouros, chegar ao final do ano, de um mês, ou de um dia e identificar que, naquele espaço, a autarquia gasta “X” metros cúbicos de água com aquela opção de verdes. Permite estudar os passos que em termos de sustentabilidade poderão não fazer sentido existir: porque gasta muita água, porque as peças não são adequadas e que conduz a este esforço, que não tem a ver só com o valor de água, mas tem a ver com valor intrínseco da água enquanto recurso natural e ambiental. Permite também, nos casos dos novos loteamentos aferir e, com certeza, balizar aquilo que os construtores pretendem instalar no espaço público e, portanto, ainda mais numa altura de seca e destas alterações climáticas que se vão sentindo em termos de duração dos períodos de seca, pode ser e será certamente um instrumento valioso. Irão implementar também em relação a resíduos e, quando fala em resíduos tanto fala de papelarias como mais tarde, os RSU, quer pelos níveis de enchimento, quer por também a georreferenciação e a previsão inclusiva de fazer uma média de evolução se está cheio ou não. Não fala apenas na questão operacional de fazer o controlo dos contentores que estão vazios apenas, o que implica que os nossos serviços de recolha, no sentido ótimo, não têm apenas que fazer o circuito na totalidade como fazem agora às cegas, mas apenas ajustar rotas, apenas onde precisam e onde os contentores estão cheios. Permite não só, e dá o exemplo de duas ruas com o sistema de RSU e de reciclagem absolutamente igual e que tem comportamentos diferentes. Ou seja, num dos lados, as pessoas reciclam e os nossos contentores de resíduos tem uma carga menor, mas na rua ao lado, por exemplo, as pessoas não reciclam e os contentores transbordam. A solução atual

que temos é reforçar os contentores, mas o estudo destes dados e a rede LoRa permite dados de gestão a todos nós que gerimos a coisa pública e permite, por exemplo, fazer uma ação pedagógica naquela rua porta a porta, dando uma ideia não querendo dizer que seja aplicável. Quer apenas dar a ideia que esta monitorização, para além dos aspetos operacionais que depois serão, obviamente, da sua rentabilidade, tem também estes aspetos de permitir aferir formas mais sustentáveis em relação da gestão do espaço e da coisa pública, uma vez que também permitirá a qualidade do ar, o ruído. É uma plataforma que estará disponível para todo e qualquer instrumento de gestão, inclusive ao novo tipo de sensorização que é chamada a sensorização descartável. Há casos que se aplicam e que não justifica e cuja alguma massificação ou aumento de utilização baixará também os custos que é essa aqui a diferença. Alguns que poderão dizer que a câmara poderia pôr um 5G. Pois porque realmente poderia, mas o custo não seria barato, a rede não seria própria, porque teria sempre um operador e, obviamente seria muito pouco dimensionada às nossas necessidades. Termina que irá repartir estas questões ao longo do desenvolvimento do projeto.

. Centro de Marcha e Corrida do Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Maria João Camolas

informa que a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto vão inaugurar no próximo dia 12 de Fevereiro, o Centro de Marcha e Corrida de Pinhal Novo. Os centros de marcha e corrida surgem na sequência da criação do Programa Nacional de Marcha e Corrida, iniciativa conjunta com o IPDJ e da Federação Portuguesa de Atletismo visando a promoção da prática regular da atividade física através da prática de marcha e corrida com acompanhamento especializado, procurando desta forma a implementação na população portuguesa de estilos de vida mais saudáveis. Este centro, que, será 100º do país, estará sediado na Piscina Municipal de Pinhal Novo e entrará em funcionamento no dia 14 de Fevereiro, assumindo a Palmela Desporto a responsabilidade pela sua dinamização. A intenção da autarquia, que o Centro de Marcha e Corrida Pinhal Novo seja apenas o primeiro do concelho funcionando mesmo como projeto-piloto, por forma a avaliar a viabilidade da abertura a curto/médio prazo de mais dois centros, nomeadamente em Palmela e Quinta do Anjo.

. Apresentação do livro “Elas estiveram nas prisões do Fascismo” – A Sra. Vereadora

Maria João Camolas informa também que, no mesmo dia, 12 de fevereiro à tarde, às 15:30, precisamente será apresentado no Auditório Municipal de Pinhal Novo o livro “Elas estiveram nas prisões do fascismo”, pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses. Este livro com grande detalhe do ponto de vista da descrição da vida das mulheres durante o Estado Novo, pretende ser uma homenagem a todas as mulheres, resgatando as suas histórias de luta. Associada a este lançamento, está patente de 12 a 16 de fevereiro no foyer do Auditório, a exposição itinerante “Mulheres e resistência: novas cartas portuguesas e outras lutas” concebida pelo Museu do

Aljube. Esta exposição revisita o processo que ficou conhecido pelas “3 Marias” que teve início com a publicação em 1971 da obra “As novas cartas portuguesas” da autoria de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, que marca o declínio do Estado Novo em Portugal, com o propósito de chamar a atenção para a posição da mulher na sociedade à época e revelar situações discriminatórias com as mulheres num caminho que dura até aos dias de hoje, naquilo que a igualdade de género nas diversas circunstâncias sociais, culturais, laborais e económicas.

. **Noite de Serenatas - Centro Cultural do Poceirão – A Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa igualmente que no dia 14 de fevereiro terá início a “Noite de Serenatas”. Uma iniciativa cíclica na programação do Centro Cultural do Poceirão. Caracteriza-se, pelo forte envolvimento e participação das associações residentes neste equipamento bem como da comunidade local sendo alusiva às comemorações do Dia dos Namorados. A situação de pandemia condicionou no último ano o desenvolvimento desta atividade e ela acabou por acontecer em formato digital, será retomado este ano pela primeira vez, com a animação musical a cargo da Tuna Académica de Coimbra. Terá também início a exposição dos “Lenços dos namorados” organizado em conjunto pelo Rancho Folclórico de Poceirão e pela Associação das Artes de Poceirão. Estará patente no Centro Cultural do Poceirão e no Agrupamento de Escolas de José Saramago. Mantém-se a dinamização do concurso “Janela mais bonita” patrocinado pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca. A iniciativa contará ainda com a participação especial do Teatro Estranhamente Louco e Absurdo, decorrerá no dia 14 de Fevereiro pelas 21 horas com início na sede da Junta de Freguesia. Participam nesta organização, para além da Câmara Municipal de Palmela, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, o Rancho Folclórico de Poceirão, a Associação de Cultura e Desporto de Poceirão, a Associação “Os Amigos de Lagameças”, a Associação das Artes de Poceirão, o Grupo Paroquial de Poceirão, o Teatro Estranhamente Louco e Absurdo e o Agrupamento de Escolas José Saramago fazendo o convite a todos à participação.

. **Iluminação do Monumento “Palmela. Capital Europeia do Vinho 2009” – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** coloca algumas questões que foram trazidos/falados na última reunião de câmara. Uma delas, que o próprio trouxe, sobre a iluminação do monumento “Palmela, Capital Europeia do Vinho 2009” que continua como o problema da iluminação.

. **Capela do Cemitério de Palmela - O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona também sobre o fim da empreitada de renovação da Capela do Cemitério de Palmela, mencionado pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, e que está pronta, está em utilização e que agora falta o resto, o

arranjo no cemitério, os passeios, ali algumas questões que têm que ser adequadas a bem daqueles que visitam os seus entes queridos.

. **Pousada do Castelo** - O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere também que, na última reunião de câmara, salvo erro, o Sr. Vereador Raul Cristóvão que falou nisto e depois houve uma resposta às suas dúvidas pelo Sr. Vereador Luís Calha relativamente à Pousada de Palmela. Facto, que é uma situação preocupante e que gostava de ter aqui alguma informação. Ela continua fechada. E as notícias que lhe chegam, a informação que procura recolher e, nessa perspetiva quer saber junto do Senhor Vereador Luís Calha, se tem melhor informação. Por um lado, a pousada continua fechada, a perspetiva não é de abrir porque o grupo Pestana vai canalizando os recursos, quer de trabalhadores quer de potenciais clientes para Alcácer do Sal e as últimas notícias que chegaram, é que o grupo Pestana pretende entregar a própria pousada ao Estado, devolver ao Estado e nós sabemos que o Estado, bem sabe que os senhores são os defensores de que o Estado deve estar em todo o lado, mas ainda assim mesmo nisso concordarão que o Estado não parece ser um operador turístico de primeira água e, portanto, quer perceber se tem alguma notícia, alguma confirmação desta matéria. Também perceber quais os bons ofícios que o município pretende exercer, nomeadamente junto do grupo Pestana, mas, por outro lado também junto do Estado português para perceber qual o destino e qual o objetivo que temos com a Pousada de Palmela, porque efetivamente é um equipamento que historicamente é importante para o concelho, mas também em termos de marco de atratividade turística e de agente económico do nosso concelho.

. **Contentores de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) na Quinta do Anjo e Poceirão** – O **Sr. Vereador Carlos Sousa** leva também três questões. A primeira questão: a rua Gil Eanes frente ao número de 3 nos Portais da Arrábida, em março de 2021 foi retirado o contentor. O local do contentor já existia, como é óbvio, ao ser retirado o contentor ficou ali, uma espécie de “buraco”, não é buraco, mas, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente sabem o que me estou a referir, o que pode provocar alguns problemas a quem seja distraído e não veja aquele buraco, que não é um obstáculo. Como já passaram cerca de onze meses, não é uma coisa muito grande, mas o que é preocupante é que pode alguém lá ter algum problema e depois, obviamente, vêm-nos bateu à porta. A outra questão é de um contentor que já está há muitos anos, e penso que todos vocês conhecem o contentor, está em ruínas, está a cerca de 20/30 metros da esquina do Pavilhão Desportivo no Poceirão. Já lá está há muitos anos, há vários anos, ali naquele espaço. O contentor é privado, como é óbvio, mas foi abandonado. Qual é a possibilidade de rapidamente de se tirar de lá, do ponto de vista visual e até pela vista de outro tipo de utilizações, não é famoso.

. **Pousada do Castelo** - O Sr. **Vereador Carlos Sousa** coloca a terceira questão que é semelhante, e não foi nada combinado, ao que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro colocou. Era para saber se a Câmara Municipal já tinha alguma informação acerca da possível abertura da Pousada, porque a informação que tem é exatamente contrária àquela que o vereador tem. A informação que tem é de que estava previsto a abertura para muito brevemente, fevereiro/março que voltaria a abrir as suas portas. O que pergunta é se esta informação que deram tem alguma razão de ser ou não ou alguma realidade. E se a câmara tem mais alguma informação.

. **Jardim de Cabanas** - O Sr. **Vereador Raul Cristóvão** menciona que sobre os jardins de Cabanas lhe chegam algumas preocupações de moradores, ali, por causa da conclusão da obra ou da abertura do Jardim, porque as pessoas sentem que está concluída, mas continua vedado e que gostavam de perceber o que é que se passa para não ser aberto às populações.

. **Estrada Nacional 533** - O Sr. **Vereador Raul Cristóvão** congratula o facto de na EN 533 ter sido já feita a pintura horizontal, as marcações. No entanto, pensa que se deveria ali tentar marcar algumas bermas, nomeadamente colocar as placas refletoras, mas isso os técnicos saberão melhor do que ele, porque é um mero condutor. Por causa, até, das noites de nevoeiro e de grandes chuvas, que infelizmente, ainda não chegaram, mas que esperemos que cheguem, mas no nevoeiro é muito difícil, se não houver refletores para que os carros possam detetar e ter uma noção das bermas. É uma questão que parece simples.

. **Pousada de Palmela** - Sr. **Vereador Raul Cristóvão** em relação à Pousada, já noutra reunião, não tinha sido a primeira vez que levantámos essa questão da Pousada, de facto, andamos aqui todos a ter informações contraditórias. Parece que já em Março, já tinham dito que era em Fevereiro. Alguns trabalhadores já tinham sido contactados. Parece que, depois, uns foram para, não só para Alcácer, mas também para os hotéis em Troia. Já não é só a questão da Pestana ter encaminhado para a Pousada de Alcácer, mas, também, já para os hotéis em Troia, nas unidades hoteleiras que tem em Troia e alguns deles tinham falado que, provavelmente em Fevereiro viriam para reabrir a Pousada. Neste momento, a Pousada para reabrir, precisa de uma limpeza, precisa de manutenção que não tem sido feita porque está fechada. Há ali património que até é do Estado, porque há património do Estado, ali dentro que é património de todos nós. Eles receberam o edifício para explorar durante 50 anos, este e outros, mas com o património lá dentro, mobiliário, obras de arte e etc. E neste momento, uma das preocupações que uma das trabalhadores falou que tem haver exatamente com a conservação e estado de conservação desse património, também porque não abrindo, a tendência para degradar cada vez mais, uma vez que não há qualquer tipo de manutenção do mesmo. Pensa que há aqui dois níveis de preocupação para já: é o que a preocupação do património que a todos nós e que também é

nosso, do concelho, porque está cá. E por outro lado, é a necessidade que nós temos que perceber que aquele equipamento hoteleiro tem que abrir e, logicamente, já não temos ENATUR no Estado, portanto, não vai ser o Estado que vai explorar aquilo, pode receber aquilo de volta, mas não tem as condições hoje que tinha quando cedeu as pousadas em contrato de exploração com. A não ser que passem aquilo para a Movijovem e tornem aquilo numa pousada de juventude, o que parece um bocado ridículo, mas tirando esta parte, está preocupado com a abertura, assim como os trabalhadores que lá trabalhavam, que alguns até estão de baixa, outros pensam em já reformar-se e não voltar. E com o problema de mão-de-obra que nós temos neste momento também para trabalhar nestas áreas, e no nível daqueles, já tem que ter formação, e não vê nem formação nem a manutenção do património, do espólio que está dentro da Pousada do Castelo. Também preocupa bastante, porque esse é de todos nós, não é do Pestana nem do Estado e o Estado somos todos nós. É nosso.

. Iluminação do Monumento “Palmela. Capital Europeia do Vinho 2009” - O Sr. Vereador Pedro Taleço, em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, refere que tem toda a razão, que quando colocou o assunto na reunião passada, já tinha sido feito reporte à EDP. Nesta altura continuamos à espera que seja resolvido, já extrapolarmos os dez dias que são previstos, como naquele e noutros locais. De qualquer maneira, tendo em conta que não são LED's que estão lá instalados, conta que daqui a, otimisticamente falando, a quatro meses isto já não constitui um problema, porque passamos a estar integrados na rede da Câmara, cujo prazo de reparação passa de dez para três dias e que estas avarias aparecem-nos em tempo real no sistema, portanto, não dependendo do reporte. Iremos continuar a fazer pressão e agradece a nota, porque é também em si mais uma pressão sobre a EDP, que a bem dizer, não nos serve da melhor forma em muitos e muitos assuntos.

. Capela do Cemitério de Palmela – O Sr. Vereador Pedro Taleço esclarece que em relação ao cemitério, que estamos, nesta altura a substituir os ciprestes do cemitério que estavam muito grandes. Temos o mesmo problema ali que temos em quase toda Palmela, que é as árvores não têm profundidade suficiente para fazer a raiz e assim que ganham algum porte, estes são de outra subespécie, portanto, são mais pequenos, não cresceram tanto e tivemos problemas, porque eles caíram durante o Inverno passado e havia risco de queda para mais uns quantos. Estamos a substituí-los nessa altura, há partes da calçada, nomeadamente em relação ao eixo principal que serão repostos à sua normalidade, há outras que temos algumas dificuldades com o arrasto de areias quando chove muito e o levantamento daquelas pedras e, portanto, identificamos o que está a dizer, os serviços tentam repor o mais depressa possível, mas, provavelmente, teríamos que optar por outro tipo de pavimento. Por outro lado, depois já não seria permeável, andamos nesta história, há algum tempo, em termos de como resolver a questão

de parte da calçada. Mas tomámos em linha de conta que estamos resolver. Foi dada também a indicação, uma vez que a obra da Capela estava concluída, para passar a ser um espaço disponível, que tem este pelouro desde 2013 já não encontrou a capela em funcionamento, portanto, já era um arrumo de tudo e mais alguma coisa, mas está ali um espaço condigno para que assim que possamos realizar as cerimónias sem as restrições atuais, quer de número, quer de procedimentos em relação aos caixões, à abertura dos mesmos e ao número de membros familiares, para retomar a utilização de um equipamento está dentro de um cemitério que tem uma função específica, também nesse momento difícil para os utentes do cemitério.

. Pousada de Palmela – O Sr. Vereador Luís Calha agradece as questões e começa por referir que relativamente à Pousada de Palmela e começava por algo que já tinha dito na última reunião de câmara, estamos portanto, que estão inteiramente sintonizados com as preocupações que os senhores vereadores têm relativamente à necessidade de abertura de um equipamento de excelência, que é uma marca não só deste concelho mas da própria região e mesmo do país. E como sabem a Enatur contratualizou há uns anos atrás, uns bons anos com o Grupo Pestana a exploração da marca Pousada, que integra um conjunto alargado de unidades hoteleiras de Norte a Sul do país. Não importa agora referir porque é um dado de menor importância, mas quando foi feito este contrato, ficou definido que com três anos de prejuízo um equipamento desta natureza seria encerrado e, portanto, o Grupo Pestana devolveria à Enatur a exploração deste equipamento. Não é esse o caso que se aplica, segundo sabemos, em Palmela e o que sabemos, volta a referir é que há um conjunto de trabalhadores que foram transferidos para a Pousada de Palmela, como foi dito aqui pelo Senhor Vereador Raul Cristóvão, e também para unidades do mesmo grupo em Troia. Houve outros trabalhadores que também perderam vínculo e a ser mais direto, despedidos e, portanto, não integram já os quadros desta. O município tem mantido sempre o contato com a direção do Grupo Pestana, procurando saber, e manifestando, naturalmente, e obviamente, a sua preocupação com a reabertura deste equipamento. Em síntese: a notícia que temos, hoje é a mais avançada do que aquela que tínhamos há algum tempo atrás, mas dizer-vos que já tivemos nota de haver a possibilidade de reabertura da Pousada em Outubro, não se verificou, agora a informação que nos foi prestada é, que, possivelmente, reabrirá no fim do mês de Fevereiro. Portanto, no fim deste mês. O grupo estará em processo de recrutamento. É esta a última nota que temos, sendo que, foi-nos claramente dito que esta data é apenas uma referência e não confirmam a reabertura do equipamento.

. Pousada de Palmela – O Sr. Presidente reforça que é uma situação que nos preocupa a todos e que fiquem cientes que o município tem feito as respetivas diligências, porque é estratégico, é muito procurado. Temos pessoas a perguntarem, mas porque é que aquilo não está aberto, é procurado e é importante para a dinamização do nosso Centro Histórico, porque

também tem saudades de ver como viu quando tivemos um crescimento exponencial, íamos por aí acima de 2019/2020 com uma boa ocupação, quando 2020 parou em Março isto tudo. Mesmo em pleno Inverno eram dali que vinham os fluxos de famílias, descendo e visitando o Centro Histórico ainda à procura do Comércio local e tentando descobrir, enfim, os pontos pitorescos e de interesse da vila de Palmela. Para além dos contatos do Senhor Vereador e da respetiva divisão, o próprio Gabinete de Apoio à Presidência tem procurado, o nosso interlocutor é de natureza diferente, é um interlocutor, não é da lógica da exploração da Pousada e do espaço, mas da lógica do património. Fizemos precisamente, recentemente ver, que fizemos um grande investimento. Esse investimento se não fosse feito, designadamente a obra de reforço estrutural e das encostas, etc., punha em perigo o funcionamento da pousada. Em particular, o acesso e o usufruto de uma das vistas magníficas que temos sobre o Vale de Barris, do Pátio do Pessegueiro, onde temos também ainda uma torre que queremos levar a Direção-Geral do Tesouro, Património e Finanças, pessoas donas das muralhas a trabalhar connosco também na sua reabilitação e fizemos ver precisamente, que fizemos um investimento tão grande, para os senhores poderem até depois fazer outro tipo de obras de melhoramentos. Já passou aqui o pior da pandemia, já há incentivos à utilização e à dinamização turística e tem havido, de facto, ali alguma hesitação, confirma, o que o senhor vereador tem dito: que estão a tomar medidas, que vão pensar na limpeza, que já não têm pessoal que agora vão recrutar pessoal, qualquer dia dizem em concreto, mas não têm de comprometer com datas.

. Contentores de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) na Quinta do Anjo - A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho agradece o alerta do Sr. Vereador Carlos de Sousa e esclarece que já tinha sido identificado e trata-se, portanto, de uma zona que foi sujeita ao “porta a porta” e retirados os contentores, ditos, comunitários, faltando o encerramento da gare, situação que na nova empreitada, que vai ser lançada, será resolvida.

. Jardim de Cabanas - A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que em relação ao Jardim de Cabanas ainda não está concluído, porque falta a parte das árvores, o arranjo paisagístico, falta ainda a eletricidade, com atrasos em virtude de problemas de especificações das luminárias, quer de iluminação pública, quer relativamente às luminárias decorativas e que com os atrasos provocados pelo circunstancialismo do Covid eram para terem chegado na segunda ou terceira semana de janeiro e ainda não tem confirmação que tenham chegado. A data que os serviços estimam para a sua conclusão é de 15 de fevereiro, mas, isto é uma estimativa, com estes atrasos todos que estas situações têm tido.

. Fornecimento de materiais elétricos/atraso em obras – O Sr. Presidente partilhando informações e o conhecimento que temos desta matéria. Já aqui falámos e que voltaremos a

falar, possivelmente a propósito de outras propostas e de outros balanços, dos problemas que estamos a sentir nas obras públicas e nas obras particulares. Se falamos de capacidade de especialização nalgumas áreas técnicas de algumas empresas, de mão-de-obra, já nos habituamos a falar do aumento galopante e não sabe até quando, dos preços sucessivamente e aquilo que vamos ter oportunidade de perceber em termos de taxas de inflação muito em breve. Mas sobretudo no fornecimento de material, também, elétrico, tudo quanto tenha também semicondutores e por aí fora. Estamos a sentir isso em várias empreitadas e, por isso é que algumas até estando terminadas falta lá uma coisinha tem que ver com o elétrico e depois com aquele parceiro, muito complicado, senhor vereador, que tanto se queixa e nós também. Temos que articular, por causa de ser o operador com a concessão do espaço, etc. e do abastecimento, que é a e-redes, que nem sempre é fácil articular. Estamos a sentir isso em obras que já estão adjudicadas e que já houve pedido de suspensão, nomeadamente, em Val'Flores. As empresas, são empresas do setor, especialistas, que têm sempre material, e que não têm o material para começar a trabalhar. Na Quinta dos Farias, o que vale é que eles têm lá outras coisas para fazer primeiro, não só da parte elétrica, portanto, está a ser sentida em todo o lado.

. **Autoeuropa** – O **Sr. Presidente** chama à coação um assunto, que não foi um assunto, também aqui suscitado no período antes da ordem do dia e é mais preocupante, ainda do que da Pousada. A Pousada esteja no nosso coração do Centro Histórico e faz mexer a vila e é o turismo e é uma imagem de marca. A questão agora da Autoeuropa. E que isto não tem a ver só, com, enfim, uma curva e um círculo recessivo que vamos ter agora ali na produção automóvel, mas tem que ver também com questões de fornecimento de peças e de semicondutores. E é preocupante porque de uma semana falava-se, não se sabe se foi o jornal que se enganou, em cerca de trinta a trezentos e agora já se falam em resolução de contrato para novecentos trabalhadores. Estamos a falar da maior exportadora do país, da região. E da maior entidade empregadora. Preparemo-nos aqui para outros embates, aquilo que o município pode fazer nesta matéria é muito pouco, mas não deixaremos de procurar perceber como é que se pode ajudar, mas diz que é, de facto, muito difícil e nem podemos, nem devemos intervir nas opções, seja de gestão, seja de investimento de quem tem no território estas atividades económicas. Nós temos procurado fazer sempre é procurar, licenciar, arranjar soluções, agilizar, reduzir taxas, dar incentivos, etc., mas há depois estas questões cíclicas que tem que ver com outras questões a nível global dos fornecimentos, dos preços das matérias-primas, de quem é dono destas coisas. É que dantes só nos preocupávamos com os donos do petróleo. Mas para terem uma ideia, até as centrais solares fotovoltaicas que nós temos no país, muitas já com licença para se instalarem com a DGE (Direção-Geral de Energia e Geologia) que temos no nosso concelho, também empreendimentos, alguns dos quais os Senhores Vereadores até estiveram na apresentação de alguns, até têm tido dificuldades em arrancar, porque já há falta de fornecimento de painéis fotovoltaicos. Porque vêm praticamente todos do mesmo local, que é quem os tem fabricado

mais e mais barato. Também aqui o país, nestas matérias, tem que ser mais autossuficiente, para não depender tanto destas outras crises. E às vezes são crises até um bocadinho artificiais, que alguns blocos tentam criar para manifestar um bocadinho a sua hegemonia, seja no mercado do aço, seja na tecnologia seja noutros domínios.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À INOVAÇÃO, EMPRESAS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Adesão à NANOMAT – “Associação para os Materiais Avançados – Investigação e Desenvolvimento em Materiais Avançados e Aplicações”.

PROPOSTA N.º GAIEFE 01_03-22:

«A adesão do Município de Palmela à NANOMAT – “Associação para os Materiais Avançados - Investigação e Desenvolvimento em Materiais Avançados e Aplicações” e respetivos Estatutos (Anexo1.1) e Organograma (Anexo 1.2), foi aprovada na Reunião de Câmara do dia 17/11/2021 (Anexo1) e Assembleia Municipal do dia 25/11/2021 (Anexo2). Porém, considerando que:

1. As entidades subscritoras do Fundo Associativo passaram de 26 para 27;
2. O Fundo Associativo passou de 15.000,00€ (quinze mil euros) para 18.500,00€ (dezoito mil e quinhentos euros) e de 30 para 37 unidades de comparticipação – conforme alteração do artº 6º;
3. O artigo 19º sofreu pequena alteração na sua redação;
4. O artigo 20º sofreu igualmente pequena alteração e incluiu o artº 21;
5. Todos os artºs depois do 21º passaram para um número abaixo (i.e. o 21º passou a 20º e assim sucessivamente) tendo os estatutos, no total, passado de 40 para 39 artºs;
6. Todas as pequenas alterações se encontram na nova proposta de Estatutos (Anexo3), devidamente sublinhadas de acordo com o acima descrito;
7. As pequenas alterações registadas em nada alteram a propositura e constroem a adesão do Município à Associação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, tal como havia feito em 17/11/2021, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e com a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3 do artigo 56.º ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovar submeter à Assembleia Municipal de Palmela a adesão do Município de Palmela à associação de direito privado, sem fins lucrativos, NANOMAT – “Associação para os Materiais Avançados - Investigação e Desenvolvimento em Materiais Avançados e Aplicações”, como associado fundador sem influência dominante, bem como a aceitação, nesse contexto, dos respetivos Estatutos alterados (Anexo3) e organograma (Anexo1.2) que constituem parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Aprovação do Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa 2021.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_03-22:

«O “Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa” que, com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas substituiu o “Mapa de Fluxos de Caixa”, é um dos elementos contabilísticos que integram o documento de prestação de contas do município, e tem por objetivo reportar, em termos orçamentais e numa ótica de caixa, os recebimentos e pagamentos efetuados no exercício, possibilitando desse modo fixar o saldo de gerência a transitar para o ano seguinte.

Desde 2019 que a legislação permite, embora restringindo à receita consignada, antecipar a incorporação do saldo de gerência nos documentos previsionais através da aprovação pelo órgão executivo do «Mapa de Fluxos de Caixa» (cf. n.º 6, do art.º 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, com a alteração aprovada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto), possibilitando desse modo o acesso a recursos financeiros -- por vezes relevantes -- de outro modo só disponíveis após aprovação dos documentos de prestação de contas que, por imperativo legal, terão de ocorrer obrigatoriamente na reunião ordinária de abril do órgão deliberativo.

Esta norma jurídica foi revista pelas Leis do Orçamento de Estado para 2020 e 2021, passando a aplicar-se à totalidade do saldo de gerência e não somente à receita consignada, expurgando-a assim de uma limitação que comprometia fortemente a sua eficácia (cf. art.º 129º da Lei n.º

2/2020, de 31 de março e art.º 130º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro). Nos termos da lei a incorporação da totalidade do saldo de gerência concretiza-se através de uma Alteração Modificativa (anterior revisão) a aprovar pelo órgão deliberativo.

Assim, e tendo em consideração que é urgente a incorporação do saldo de gerência de 2021 nos documentos previsionais de 2022, de modo a possibilitar ao município aceder a recursos financeiros com uma expressão muito substantiva, indispensáveis para a concretização do seu plano de atividades e plano de investimentos;

Propõe-se,

1. que ao abrigo do disposto n.º 6, do art.º 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a Câmara Municipal aprove o «Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa de 2021», documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
2. que o saldo resultante da execução orçamental a incorporar nos documentos previsionais em vigor, mediante Alteração Modificativa a aprovar pelos órgãos municipais, seja fixado em 16.667.608,61 € (dezassex milhões seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oito euros e sessenta e um cêntimo), cujo cálculo resumidamente se explicita:

Receitas Orçamentais de 2021 (1)	63.077.501,22 €
Despesas Orçamentais de 2021 (2)	56.974.436,18 €
Saldo Orçamental do exercício (3) = (1)-(2)	6.103.065,04 €
Saldo orçamental transitado de 2020 (4)	10.564.543,57 €
Saldo orçamental transitado de 2021 (5)=(3)+(4)	16.667.608,61 €

.»

Sobre a proposta de Aprovação do Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa 2021, numerada DAFRH 01_03-22, intervém:

O **Sr. Presidente** refere que com estes dados, apuramos uma execução da receita que bateu um recorde de 109% de execução da receita. Mas entenda-se que a execução da receita é estimada com determinadas regras que obrigam a médias dos anos anteriores, mas que tínhamos, de facto, a previsão que íamos ultrapassar os 100% estimados. Sabíamos que íamos ultrapassar os 100% estimados, mas tivemos que manter essa média e passa a explicar que fenómenos levaram, de facto, a chegarmos aos 109% que resultou em 5,2 milhões acima do previsto. A despesa apresenta uma taxa de execução de 83,3%. No quadriénio é o valor mais baixo. Recorda que no ano passado também se dizia que 87 vírgula qualquer coisa que era muito baixo e que foi a execução mais alta dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Não conhece as outras execuções, não é, neste momento, isso que importa fazer, interessa

explicar, aqui, aquilo que levou à obtenção destes resultados. Somar o que recebemos a mais, àquilo que não foi possível gastar, dado a um conjunto de obras que não conseguimos lançar, ou melhor dizendo, lançamos mas ficaram sucessivamente desertas, aliás, hoje a Senhora Vereadora Fernanda Pésinho, apresentou cinco obras, se fizerem as contas, estamos a falar mais de 1.500 mil euros e todas estas obras tiveram concursos o ano passado, alguns pela terceira vez, que foram ficando desertas e o preço base sempre a aumentar. Logo aqui temos já uma explicação, tem que ver um pouco com estas questões. Depois houve obras que há sempre transições, por exemplo na rede viária, a execução física é felizmente, é manifestamente superior à execução financeira. Muita coisa já foi paga no início deste ano. Na receita, como é que a nossa estimativa foi ultrapassada? Foi ultrapassada porque a média dos vinte e quatro meses obrigou a uma previsão muito conservadora. Mas de facto há de novo uma receita acima da média do IMT, que entre Outubro e Dezembro, por exemplo, nem nós estimávamos quando fizemos no orçamento. Recordam-se, Senhores e as Senhoras vereadores, que falávamos num saldo à ordem dos 13 milhões. Como é que isto aparece aqui? Pois bem, entre Outubro e Dezembro, o IMT pensámos que já tinha estabilizado, continuou a crescer e somou mais 2,6 milhões de euros. Depois há aqui outros crescimentos na faturação de água mas é pouco significativo, mais de 344 mil euros, porque também há mais consumidores ligados, há mais dinâmica de construção também, de utilização de empréstimos e até de financiamentos externos que obtivemos por via até de majorações. Que se há obras que estão atrasadas também houve outras que foram feitas em determinados casos receberam majoração. Conseguimos, por exemplo, financiamentos externos, mais 860 mil euros. E os pagamentos no último trimestre, tínhamos previsto ainda pagar as tais obras que acabámos por pagar no início de janeiro. Não foi por falta de dinheiro de tesouraria, são por questões procedimentais, pagamos menos 441 mil euros daquilo que estava estimado. Portanto, isto explica um bocadinho como é que temos aqui 3 milhões a mais. Na execução, as questões que se passam com as empreitadas, falam por si, são verdadeiras, quem tiver dúvidas, enfim, tem até onde se documentar, em organismos públicos e outros de natureza empresarial e associativo e corporativa que explicam um bocadinho o que se tem estado a passar, porque, de facto, não conseguimos que algumas obras andassem mais depressa e que há alguns concursos fossem, finalmente adjudicados e comesçassem em obra para podermos executar o financiamento que lá tínhamos que ter salvaguardado no nosso orçamento. É esta a explicação que gostaria de aduzir, porque o mapa é sempre uma coisa mais árida, mas o mapa que estamos a aprovar é este mapa que aqui está, enfim, e as questões que entendam colocar de natureza mais técnica terá de pedir auxílio ao Senhor Diretor de Administração e Finanças.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em unidade de cuidados continuados.

Requerente: Fundação COI- Centro de Ocupação Infantil (IPSS). Proc.º E-1272/10. Local: Rua do Trabalhador (EM 575), Palhota – Lagoa da Palha. Requerimento n.º 3971/2021.

PROPOSTA N.º DAU 01_03-22:

«A Fundação COI (FCOI), na qualidade de titular do processo n.º E-1272/10, referente ao pedido de renovação do licenciamento de obras de edificação destinada à construção de edifício a afetar a uma unidade de cuidados continuados, em tramitação na Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana (DAEERU), solicitou a redução das respetivas taxas de obras de edificação, através do requerimento n.º 3971/2021.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art.º 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 15364/2016, de 7 de dezembro, Aviso n.º 12252/2017, de 12 de outubro, Aviso n.º 15430/2017, de 21 de dezembro, Aviso n.º 399/2019, de 7 de janeiro, e Aviso n.º 777/2021, de 12 de janeiro, publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade, a associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e visando esta disposição, a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população, com impacto único no território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Assim, apreciados pela Divisão de Intervenção Social e Saúde (DISS), do Departamento da Educação e Coesão Social (DECS), conforme parecer emitido em 26.11.2021, o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida, a aprovação em sede de concelho local de ação social de Palmela, o enquadramento preconizado pelas parcerias com entidades públicas,

entre outros aspetos, resulta reconhecer a inegável importância que a Fundação COI assume no concelho, em cuja atividade se reconhecem contributos de relevo na oferta de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, e apoio à integração social e comunitária.

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 9º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas à operação urbanística de edificação e de autorização de utilização de Unidade de Cuidados Continuados, ponderado o relevante interesse público que a Fundação COI prossegue na área do Município.»

Sobre a proposta de Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em unidade de cuidados continuados, numerada DAU 01_03-22, intervêm:

O/A **Sr./a Vereador/a Mara Rebelo e Pedro Taleço** pedem escusa da votação desta proposta, o que foi aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação.

3278/2021 e 258/2022.

PROPOSTA N.º GRCH 01_03-22:

«Através dos requerimentos identificados em epígrafe, foi solicitado o apoio financeiro para a realização de obras de conservação, correspondendo de forma resumida a trabalhos de reparação e pintura da fachada, incluindo a substituição de caixilharia e execução de uma instalação sanitária no interior do edifício (ainda que integradas em obras de reabilitação do edifício sujeitas a procedimento de controlo prévio a decorrer no âmbito do processo E-1697/2018) sito na Rua Mouzinho de Albuquerque n.º19 e Rua da Ladeira n.º11-13, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 14702/20110721 da freguesia de Palmela, e da inscrição na matriz urbana da freguesia de Palmela, sob o artigo 102, o qual é propriedade do requerente.

O prédio em causa, que se localiza na Área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela, foi construído antes da entrada em vigor do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização (DL n.º 38382 de 07 de Agosto de 1951), pelo que reúne condições para merecer apoio financeiro, nos termos do n.º1, do art.º 3.º, do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação, doravante apenas designado por Regulamento do FIMOC.

Conforme o determinado no artigo 5.º, do regulamento municipal antes invocado, as obras de conservação na fachada de edifícios que confrontem diretamente com o espaço público, assim como a criação de instalações sanitárias quando não existam, constituem-se ações e trabalhos elegíveis nos termos da concessão do apoio financeiro previsto no Programa de Financiamento de Obras de Conservação-FIMOC.

As obras descritas e incluídas nos requerimentos supra, cujo orçamento global apresentado se cifra no valor de 10.841,00€ (incluindo IVA à taxa de 6%), constituem ações/trabalhos elegíveis para financiamento, de acordo com o determinado no art.5.º do regulamento do FIMOC, publicado no Aviso n.º 5063/2021 do Diário da República, 2.ª Série de 18/03/2021, anexo ao EDITAL Nº 84/DAFRH-DAAG/2021.

Nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do FIMOC e considerando o valor do orçamento sujeito a apreciação camarária que se cifrou em 10.841,00€, o apoio financeiro a conceder correspondente a 70% do orçamento apresentado, resulta num montante 7.000,00€ - IVA incluído à taxa de 6%, tendo como limite máximo de comparticipação os 7.000,00€.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea .g) do n.º1 e alínea k) do art.25.º e alíneas k), t) e ccc) do art.33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12/09, conjugado com o disposto no n.º1 do art.4.º do Regulamento do FIMOC, **propõe-se** a aprovação do apoio financeiro solicitado, correspondente ao valor indicado de 7.000,00€ com IVA incluído, e que o mesmo seja concedido ao requerente, Sr. Manuel Jacinto Perreira Arvelos, mediante a apresentação de cópias das faturas dos trabalhos realizados, cumprindo-se os pagamentos de acordo com o estabelecido no n.º 6 do art.10.º deste.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_03-22:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 5 de janeiro de 2022, foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2022, no valor de € 247.500 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros), em consonância com a dotação global constante no orçamento municipal a vigorar em 2022, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do nº 2 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e no nº 3 do art.º 31º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).
2. No mapa de pessoal de 2022, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2021, existem diversos postos de trabalho vagos, designadamente, nas carreiras gerais de técnico superior e de assistente operacional, para satisfação de necessidades permanentes dos serviços municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.
3. Atualmente existe a necessidade de reforço de pessoal em postos de trabalho, nomeadamente, na carreira técnica superior – na área de higiene e segurança –, bem como na carreira de assistente operacional – nas áreas funcionais de canalizador, calceteiro e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, assim como para constituição de reserva de recrutamento visando suprimimento de futuras necessidades nas áreas de cantoneiro de limpeza (recolha de resíduos sólidos urbanos) e cabouqueiro.
4. Salienta-se, que, de acordo com o imperativo legal, foi assegurado o procedimento prévio de aferição de pessoal disponível em situação de valorização profissional, junto da respetiva entidade gestora supramunicipal - Área Metropolitana de Lisboa (cfr art.º 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação), que comunicou a este município, através de correio eletrónico em 24 de janeiro de 2022, que a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA) ainda não se encontra constituída na Área Metropolitana de Lisboa.
5. Uma vez que o município de Palmela se encontra em situação de equilíbrio financeiro não lhe são impostas quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, bem como do cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de acordo com o preceituado na LOE/2021 (Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro), cuja vigência é prorrogada até aprovação da futura Lei do orçamento de Estado, pelo art.º 58º, nº 1, al a) da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO),

aprovada pela Lei nº 151/2015, de 1 de setembro, conjugado com o Decreto-Lei nº 126-C/2021 de 31 de dezembro (aprova o regime transitório de execução Orçamental).

6. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, no que concerne designadamente à economia processual, atenta a necessidade de imprimir a máxima celeridade às admissões de pessoal, potenciando a constituição de uma reserva de candidatas/os aprovadas/os mais alargada, por forma a suprir necessidades permanentes de serviço, durante o respetivo período de validade (18 meses após a homologação da lista unitária de graduação), não descurando a prioridade legal de recrutamento de candidatas/os detentoras/es de relação jurídica de vínculo contratual público por tempo indeterminado, consagra o art.º 30º n.ºs 4 e 5 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o art.º 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a possibilidade do órgão executivo municipal autorizar a abertura de procedimento concursal com alargamento a candidatas/os sem aquele vínculo.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o estatuído no nº 3 do art.º 30º da LTFP, delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados à ocupação de postos de trabalho nas carreiras e categorias, a seguir referidas, com alargamento a candidatas/os sem relação jurídica de emprego público, condicionada à observância da prioridade legal na admissão estabelecida para as/os vinculadas/os à administração pública por tempo indeterminado.

Carreiras/categorias:

- a) Carreira Técnica Superior – área funcional de higiene e segurança;
- b) Carreira/categoria de Assistente Operacional – área funcional de calceteiro;
- c) Carreira/categoria de Assistente Operacional – área funcional de canalizador;
- d) Carreira/categoria de Assistente Operacional – área funcional de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais;
- e) Carreira/categoria de Assistente Operacional – área funcional de cantoneiro de limpeza - recolha de resíduos sólidos urbanos (constituição de reservas de recrutamento);
- f) Carreira/categoria de Assistente Operacional - área funcional de cabouqueiro (constituição de reservas de recrutamento).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Atribuição o direito de ocupação de espaços de venda dos Mercados Municipais de Palmela e de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DDET 01_03-22:

«Considerando que os mercados municipais são estruturas de indiscutível relevância no concelho de Palmela, constituindo fator de dinamização, atração do local onde se inserem enquanto promotores da economia local, pretende-se que estes equipamentos sejam cada vez mais apelativos, com uma oferta diversificada, favorecedores da criação de postos de trabalho e consequentemente, crescimento económico, visando a sua sustentabilidade.

Considerando que a direção, administração e fiscalização dos mercados municipais compete à Câmara Municipal e estes regem-se pelo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais (RMRM), a atribuição do direito de ocupação de espaços de venda deverá efetuar-se através de processo de hasta pública.

Neste sentido, **propõe-se**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º, do RMRM, a abertura de processo de hasta pública, para atribuição do direito de ocupação dos seguintes espaços de venda:

Mercado Municipal de Palmela

Espaço de Venda	Dimensão	Atividade Comercial	Base de Licitação	Lance
Loja n.º 1	7 M²	Charcutaria com produtos regionais ou outra atividade compatível com a infraestrutura e condições existentes no espaço de venda	€ 50,00	€ 10,00
Loja n.º 6	7 M²	Cafetaria	€ 50,00	€ 10,00
Loja n.º 7/8	14 M²	Peixe fresco, marisco, peixe congelado ou outra atividade compatível com a infraestrutura e condições existentes no espaço de venda	€ 100,00	€ 20,00

Mercado Municipal de Pinhal Novo

Espaço de Venda	Dimensão	Atividade Comercial	Base de Licitação	Lance
Mesa n.º 1	3 M²	Florista ou outra atividade compatível com a infraestrutura e condições existentes no espaço de venda	€ 80,00	€ 10,00

Propõe-se ainda, que a hasta pública seja promovida e dirigida pela Comissão, composta pelos seguintes membros:

- Presidente – Ana Paula Martins Magalhães, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo;

- Vogais efetivos – Jorge Manuel Calhau Pastor, Coordenador Técnico da Secção Administrativa de Mercados e Maria Leonor Antunes Niny Quítalo, Técnica Superior da Divisão de Serviços Urbanos;
- Vogais suplentes – Casimiro Manuel Caldeirinha Amores, Encarregado Operacional da Secção Administrativa de Mercados e Adelino Manuel Valério Chapa, Técnico Superior da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo.

Propõe-se, por fim, que sejam conferidos poderes ao Sr. Presidente da Câmara, para a sua divulgação por edital, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º, do RMRM.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

GABINETE DE HABITAÇÃO

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Abertura do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais.

PROPOSTA N.º DECS_GH 01_03-22:

«Em reunião da Câmara Municipal de 20/09/2017, e em reunião da Assembleia Municipal de 29/11/2017, foi aprovado o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais (RMAAHM), publicado na 2ª Série do Diário da República, através do Aviso n.º 15429/2017, de 21 de dezembro.

Tendo decorrido 4 anos desde a sua implementação, foram, entretanto, publicados diversos diplomas legais com incidência direta na matéria em presença, de onde se destaca a publicação da Lei de Bases da Habitação, Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, regulamentada pelo DL n.º 89/2021, de 03 de novembro, mas também do Programa 1º Direito, Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, publicado através do DL n.º 37/2018, de 04 de junho, regulamentado pela Portaria n.º 230/2018, ambos na sua redação em vigor.

Este conjunto de diplomas legais trouxe a necessidade de promover algumas alterações ao RMAAHM, no sentido da sua adaptação a novos princípios e regras com incidência direta na atribuição de habitações, como sejam, o direito à escolha do lugar de residência, previsto na referida Lei de Bases, ou a necessidade de verificação de condições de elegibilidade relacionadas com situações de habitação indigna e carência financeira, de acordo com Programa 1º Direito, como requisito para a atribuição de habitações financiadas com o apoio deste instrumento.

Assim, e em cumprimento do disposto no art.º 98º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo D.L. n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação vigente, conjugado com o

estatuído na alínea k), n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. o início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, participação e constituição dos interessados/as e apresentação de contributos;
2. determinar que podem constituir-se como interessados/as todos/as aqueles/as que, nos termos do n.º 1, do art.º 68.º, do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições, no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
3. que os interessados/as possam constituir-se como tal e apresentem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração deste regulamento, até 10 dias (úteis) após a publicação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º, do CPA;
4. que a constituição como interessados/as e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para o Centro de Contacto municipal: atendimento@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 8 – Contrato-Comodato entre o Município e o Clube Desportivo Pinhalnovense.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_03-22:

«Considerando que:

1. as associações locais assumem um papel preponderante no desenvolvimento sociocultural do território, quer pelas atividades que desenvolvem junto da comunidade, quer pelas parcerias que potenciam com outras associações;
2. o Clube Desportivo Pinhalnovense é uma associação local que desenvolve a sua atividade nas áreas culturais, físicas, desportivas e recreativas, e carece de instalações para o desenvolvimento de tais atividades;

3. o Município de Palmela é proprietário do prédio urbano sito na Rua Infante D. Henrique e Gago Coutinho e Sacadura Cabral, freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 1100, da correspondente freguesia;
4. o Município de Palmela apoia as associações locais, como forma de aproximação às estruturas, agentes e cidadãos, e de criação de dinâmicas e redes de solidariedade local, preservação do património e identidade local e de estratégias de promoção de estilos de vida saudáveis proporcionados à população;
5. o Município de Palmela tem atribuições nos domínios da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
6. compete ao Município de Palmela deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;

Propõe-se, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alíneas g) o) e u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato de comodato entre o Município de Palmela e o Clube Desportivo Pinhalnovense em anexo, o qual faz parte da presente proposta, com vista à cedência de parte do prédio urbano sito na Rua Infante D. Henrique e Gago Coutinho e Sacadura Cabral, freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 1100, inscrito na matriz urbana respetiva sob o artigo 4203, da indicada freguesia, ao Clube Desportivo Pinhalnovense, e definição das suas competências.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Atribuição de apoio à Associação de Jovens os Caramelos, à Casa do Benfica em Palmela e ao Clube Desportivo Pinhalnovense para a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_03-22:

«Os municípios dispõem de atribuições legais no domínio dos tempos livres e do desporto, bem como a competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos.

No âmbito da sua política desportiva, um dos objetivos estratégicos aprovados pela Câmara Municipal para a Palmela Desporto, E.M. foi o de *"garantir ao associativismo desportivo do*

concelho prioridade no acesso aos equipamentos desportivos municipais, designadamente às equipas participantes em quadros competitivos oficiais, no quadro dos regulamentos municipais em vigor e dos programas e protocolos promovidos pela Câmara Municipal de Palmela”, o que também consta do contrato programa celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, E. M., atualmente em vigor.

No período compreendido entre fevereiro e o final de setembro de 2021, o Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo foi transformado no Centro de Vacinação da população do concelho de Palmela, o que impossibilitou a utilização deste equipamento por parte do movimento associativo, condicionando, sobremaneira, a prática desportiva regular e competitiva e impossibilitando a apresentação desta proposta no início da época desportiva, como é habitual.

Assim, e de acordo com as solicitações apresentadas pelos clubes para a utilização dos equipamentos municipais desportivos para a época desportiva 2021/2022, nas diferentes modalidades, a autarquia assegura a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo até aos montantes definidos no quadro seguinte:

Clube	Modalidade	Valor do apoio
Associação Juvenil Os Caramelos	Futsal	2.000,00 €
Casa do Benfica em Palmela	Basquetebol	6.000,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovense	Basquetebol + Ginástica	6.500,00 €
TOTAL		14.500,00 €

De acordo com o definido nos contratos programa celebrados, os clubes são responsáveis por liquidar, junto da Palmela Desporto, E.M., os montantes que ultrapassem os *plafonds* definidos.

Face ao exposto, e em conformidade com o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, **propõe-se** a atribuição de apoio no valor de € 14.500,00 (catorze mil e quinhentos euros), de acordo com o quadro anterior, para a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo para a época desportiva 2021/2022, apoio que se consubstancia em Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com os clubes, que se anexam e que fazem parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio à Associação de Jovens os Caramelos, à Casa do Benfica em Palmela e ao Clube Desportivo Pinhalnovense para a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, numerada DCDJ_DCD 02_03-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a sua questão é muito rápida, que vão votar favoravelmente, mas querem só ter uma ideia de quantas horas correspondem estes valores que estão aqui plasmados, uma vez que estes períodos indiciam ocupação do Pavilhão Desportivo Municipal, ocupação essa que é uma das suas funções também. Não têm aqui questão nenhuma, como disse, estamos a favor, apenas perceber nestes contratos, não é por não estar plasmado na documentação em anexo ou pelo menos, tentou perceber e não conseguiu. Quantas horas. Também não precisa dessa informação imediatamente, apenas para ter uma certeza, nestas cedências. De resto, tudo o que diz respeito ao modelo financeiro, ao facto de terem de pagar diretamente à Palmela Desporto, isto constituiu também, como é óbvio, uma fonte de receita para a Palmela Desporto, como deve ser. Quer só ter o entendimento da mancha de ocupação decorrente deste tipo destes contratos-programa, mas, reforça se não tiver disponível, não tem qualquer problema, é uma questão de informar mais tarde.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que não tem presente aqui essa informação, mas que a fará chegar oportunamente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Cedência temporária de domínio público à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local – Feira dos Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 03_03-22:

«A Câmara Municipal de Palmela tem no associativismo. um parceiro privilegiado e um pilar insubstituível nos processos de construção, cooperação e de desenvolvimento dos territórios.

No Concelho de Palmela prevalece um Movimento Associativo riquíssimo e com profundas ligações às comunidades onde se insere, sendo a realização de iniciativas de cariz popular um desses exemplos.

A utilização do espaço público na implementação das dinâmicas e atividades a desenvolver, estão essencialmente relacionadas com a promoção de eventos de manifesta relevância pública e com a instalação de pavilhões ou equipamentos de índole comercial, os quais representam, na generalidade dos casos, a principal fonte de receita financeira para as entidades organizadoras.

Em período atípico, face aos constrangimentos causados pela pandemia COVID-19, as associações locais viram-se privadas, ao longo dos dois últimos anos, da realização normal deste tipo de atividades, sendo afetadas tanto na sua atividade regular, como na obtenção de financiamento para o seu normal funcionamento.

É neste contexto, e cumprindo todas as normas da Direção Geral de Saúde (DGS) para este tipo de atividades, que a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo, pretende realizar, no período das festividades de Carnaval, uma Feira de Divertimentos.

Desta forma, considerando:

- a) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- b) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- c) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela, por isso, meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- d) que em ano atípico face à pandemia da COVID-19, todas estas realizações deverão ter em conta as regras de segurança estabelecidas pela DGS no que diz respeito à sua área de implantação;
- e) a importância desta iniciativa e a relevância que a utilização do espaço público tem na sua concretização, assumindo a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo, um papel central no planeamento e organização deste espaço;

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com as alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberar:

1. A cedência precária e gratuita de domínio municipal, identificado como Parque de Estacionamento da Praça da Independência bem como o troço da Avenida Alexandre Herculano situado entre os “pinheirinhos” e a estação Ferroviária, no período compreendido entre o dia 14 de fevereiro e 10 de março do corrente ano à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, conforme planta do espaço em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, designadamente, assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de usufrutuários de edificações ou outros imóveis.»

Sobre a proposta de Cedência temporária de domínio público à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local – Feira dos Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo, numerada DCDJ_DCD 03_03-22, intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** coloca uma questão muito breve. Entendemos perfeitamente esta proposta e a proposta da associação até porque todos nós estamos um pouco ávidos de voltar à nossa vida normal e voltarmos a conviver, contudo e infelizmente, o período continua a ser atípico, ainda não passou, continuamos ainda com os constrangimentos provocados pela Covid e o princípio da prudência tem vindo, no fundo, a apoderar-se todos nós. Que são vários os municípios que têm vindo a cancelar todas as festividades alusivas ao Carnaval, porque efetivamente é muito complicado, gerir as pessoas em ajuntamentos e manter o distanciamento e tudo mais que nós já sabemos que estas diversões provocam. Lendo a proposta, à efetivamente aqui a preocupação de referir que há um cumprimento de todas as normas, contudo, nós não conseguimos perceber quais são estas normas e que é que vão consistir: vai haver entradas controladas, vão ser pedidos de certificados de vacinação? Só para entender. Para nós que é importante, para também para podemos aprovar e também para a população que será importante perceber se vão ter essa segurança e poderão ir para este, que eu pressuponho que são carrosséis, penso eu que serão, porque é diversão? Sim. Para as famílias também poderem ir em segurança, eu acho que era importante percebermos, até porque vai estar durante um mês praticamente. Pese embora todos os constrangimentos que isto também provoca na vida das pessoas que diariamente têm que estacionar os seus carros para trabalhar e nós sabemos que já são escassos e isto ainda vai provocar mais este constrangimento que também é de relevar que eu acho que é importante, mas havendo esta decisão. Pensa que é importante clarificar quais as medidas que vão ser implementadas.

O **Sr. Presidente** refere que estas questões passam pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Existe um Plano de Contingência para as feiras de divertimentos que já foram eventos devidamente regulamentados ao longo dos vários momentos da pandemia, do estado de calamidade e emergência, em que condições é que poderiam funcionar. O modelo é idêntico àquele que está a funcionar em Lisboa e noutras localidades que, durante o Natal também tiveram eventos desta natureza. É um espaço que terá que ser vedado, funciona, digamos, como funcionou durante o evento "Pinhal Novo em Festa" que substituiu as festas. Obviamente, a licença municipal não prescinde do parecer vinculativo da Autoridade de Saúde que em função daquilo que forem as regras à época, poderão determinar o funcionamento ou não do evento. Mas a experiência que já houve no pretérito mês de Junho e que conhecemos de concelhos vizinhos relativamente ao funcionamento dos parques de divertimento e que foram até normas acordadas entre as associações dos representantes deste setor e o Governo e a própria Direção-Geral de Saúde, só poderá funcionar nos termos que estiverem determinados, com todas as condições, com capacidade de carga máxima, com a higienização, com controlo de entrada, com lotação máxima. Já aquilo que ficar no arruamento, que são as tradicionais farturas, etc, etc, não visa propriamente criar ajuntamento. Hoje os mercados de levante estão a funcionar em todo o país. As campanhas eleitorais também funcionaram com e sem máscara e em grandes grupos e com braços e beijinhos e, portanto, espera que haja também vontade de assumirmos aquilo que

é a vida real. É que temos de deixar acontecer, com normas. Ficará por recolher, os pareceres das entidades. E o município só emitirá a licença depois de recolhidos esses pareceres. Não consegue dar mais nota das normas, porque elas estão um bocadinho dependentes daquilo que forem os números da pandemia e algumas medidas que venham a ser determinadas pela saúde e pelo Governo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Municípes presentes quer usar da palavra.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e onze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco